

GESTOR ESCOLAR

EDITAL Nº 001/2025 DA SELEÇÃO INTERNA
PARA GESTOR ESCOLAR DE SERTÂNIA (PE)

MUNICÍPIO DE SERTÂNIA (PE)

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Concursos Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência de documentos:

- ✓ Verifique seu nome, número do documento e número de inscrição em todos os materiais entregues.
- ✓ Confira o Caderno de Questões quanto a falhas de impressão ou numeração.

2. Cumprimento das normas:

- ✓ O descumprimento de qualquer regra constante no Edital, Caderno de Questões ou Folha de Respostas poderá acarretar a eliminação do candidato.

3. Folha de Respostas:

- ✓ É o único documento válido para avaliação.
- ✓ Preencha corretamente o campo da assinatura.
- ✓ Assinale apenas uma alternativa por item.
- ✓ Utilize apenas caneta esferográfica azul ou preta.
- ✓ Devolva a Folha de Respostas preenchida e assinada ao fiscal.

4. Divulgação de provas e gabaritos:

- ✓ Estarão disponíveis no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme o Edital.

5. Condutas proibidas:

- ✓ Manusear o Caderno de Questões antes do horário oficial.
- ✓ Comunicar-se com outros candidatos durante a prova.
- ✓ Usar aparelhos eletrônicos de qualquer tipo.
- ✓ Anotar o gabarito fora da Folha de Respostas.

6. Salvo disposição em contrário no enunciado da questão, as questões de legislação deverão ser respondidas com base na versão vigente e mais atualizada de cada norma legal.



Este caderno foi feito para ser útil — e reciclado. Descarte corretamente e ajude o planeta.



QUESTÃO 01. De acordo com o art. 5º, inciso I, da Resolução CNE/CP nº 2/2019, constitui fundamento da formação dos professores e demais profissionais da Educação:

- A) A centralidade exclusiva das metodologias ativas de ensino, desvinculadas dos fundamentos científicos.
- B) A sólida formação básica, com conhecimento dos fundamentos científicos e sociais das competências de trabalho.
- C) A priorização das experiências práticas em detrimento da formação teórica.
- D) A formação docente restrita às demandas imediatas do mercado de trabalho, especialmente ao uso de tecnologias, mostra-se insuficiente frente à amplitude do papel pedagógico do magistério.

QUESTÃO 02. Segundo o art. 6º, inciso III, da Resolução CNE/CP nº 2/2019, constitui princípio relevante da política de formação de professores para a Educação Básica:

- A) A descentralização integral da formação docente, sem articulação entre os entes federativos e com exclusão da participação da comunidade e de instituições científicas.
- B) A autonomia exclusiva dos sistemas municipais, sem coordenação nacional.
- C) A transferência integral da responsabilidade formativa às instituições privadas.
- D) A colaboração constante entre os entes federados para a consecução dos objetivos da política nacional de formação docente.

QUESTÃO 03. Nos termos do art. 6º, inciso VIII, da Resolução CNE/CP nº 2/2019, a formação continuada deve ser compreendida como:

- A) Atividade eventual, desvinculada do cotidiano da instituição educativa.
- B) Componente essencial da profissionalização docente, integrada ao cotidiano escolar e ao projeto pedagógico da instituição.
- C) Processo limitado à atualização de conteúdos teóricos, realizado preferencialmente por aulas gravadas na modalidade EAD ou por treinamentos e cursos de caráter expositivo.
- D) Responsabilidade exclusiva do docente, sem relação com a instituição onde atua.

QUESTÃO 04. Conforme o art. 7º, inciso II, da Resolução CNE/CP nº 2/2019, a organização curricular dos cursos de Formação Inicial de Professores deve reconhecer que:

- A) A prática docente deve ocorrer exclusivamente no estágio supervisionado.
- B) A formação de professores se limita à aquisição de conhecimentos teóricos.
- C) A prática deve estar presente desde o início do curso, indo além do estágio obrigatório.
- D) A formação prática é facultativa e dependente da opção da instituição formadora.

QUESTÃO 05. Nos termos do art. 205 da Constituição Federal de 1988, a educação tem como finalidade:

- A) O treinamento de jovens e adultos e a formação técnica voltados exclusivamente às demandas do mercado de trabalho, com priorização de habilidades práticas em detrimento da formação teórica.
- B) A promoção do ensino superior como etapa prioritária da educação nacional.
- C) A capacitação profissional voltada apenas ao setor público.
- D) O pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

QUESTÃO 06. De acordo com o art. 206, inciso I, da Constituição Federal de 1988, o ensino será ministrado com base no princípio da:

- A) Gratuidade do ensino público em todos os níveis e instituições, independentemente das condições sociais e de renda do aluno.
- B) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- C) Gestão democrática do ensino público, com gestores educacionais eleitos por voto popular direto.
- D) Liberdade de aprender e ensinar.

QUESTÃO 07. Conforme o art. 207 da Constituição Federal de 1988, as universidades:

- A) Subordinam-se integralmente às diretrizes administrativas do Poder Executivo.
- B) Estão dispensadas da observância do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- C) Possuem autonomia apenas didático-científica.
- D) Gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

QUESTÃO 08. Segundo o art. 208, inciso I, da Constituição Federal de 1988, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- A) Educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade, inclusive para quem não teve acesso na idade própria.
- B) Ensino fundamental obrigatório e gratuito, apenas para crianças em idade própria.
- C) Educação infantil obrigatória dos 0 aos 5 anos de idade.
- D) Ensino médio obrigatório e gratuito a todos os cidadãos até 19 anos completos, com adoção integrada de metodologias presenciais e a distância.

QUESTÃO 09. Constitui princípio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, nos termos do art. 3º, inciso I, do Decreto nº 11.556/2023:

- A) A centralização das políticas de alfabetização no Ministério da Educação.
- B) A colaboração entre os entes federativos, observado o disposto no art. 211 da Constituição.
- C) A autonomia exclusiva dos Municípios na política de alfabetização.
- D) A atuação prioritária da iniciativa privada no processo de alfabetização.

QUESTÃO 10. De acordo com o art. 4º, inciso II, do Decreto nº 11.556/2023, constitui diretriz para a implementação do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:

- A) O reconhecimento do protagonismo dos Municípios na oferta da educação infantil e da primeira etapa do ensino fundamental.
- B) A substituição da atuação municipal pela coordenação direta da União.
- C) O investimento em tecnologias destinadas ao aprimoramento dos processos de alfabetização no ensino médio, mediante o uso pedagógico de celulares e smartphones.
- D) A transferência integral da responsabilidade da alfabetização aos Estados.

QUESTÃO 11. Nos termos do art. 5º, inciso I, do Decreto nº 11.556/2023, é objetivo do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:

- A) Garantir a alfabetização de todas as crianças até o final do ensino médio.
- B) Implementar políticas para que as crianças estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental.
- C) Universalizar o acesso à educação infantil em creches e pré-escolas.
- D) Promover exclusivamente a alfabetização de jovens e adultos por meio de programas de aulas noturnas ou cursos de curta duração ministrados no ambiente laboral.

QUESTÃO 12. Segundo o art. 6º do Decreto nº 11.556/2023, a adesão dos entes federativos ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada:

- A) É obrigatória a todos os Municípios, Estados e ao Distrito Federal, com responsabilidades, direitos e deveres equânimes entre os entes pactuados.
- B) Depende de autorização prévia do Ministério da Educação.
- C) É voluntária e formalizada mediante assinatura de termo pelo Chefe do Poder Executivo ou seu representante.
- D) Ocorre automaticamente com a oferta da educação básica.

QUESTÃO 13. De acordo com o art. 11, inciso III, do Decreto nº 11.556/2023, constitui estratégia adotada pelo Ministério da Educação para a implementação do Compromisso:

- A) Ampliar os investimentos exclusivamente na avaliação externa padronizada da alfabetização, sem a adoção de medidas pedagógicas decorrentes da análise de seus resultados.
- B) A assistência técnica e financeira para formação de professores e gestores, disponibilização de materiais didáticos e melhoria da infraestrutura escolar.
- C) A transferência da gestão das políticas de alfabetização para os Estados.
- D) A adoção de currículo nacional único para alfabetização.

QUESTÃO 14. De acordo com o art. 3º da Resolução, o Ensino Fundamental é caracterizado como:

- A) Um direito público subjetivo e dever do Estado e da família.
- B) Um direito público subjetivo e dever exclusivo da família.
- C) Um direito social condicionado à capacidade financeira do Estado.
- D) Um serviço público facultativo oferecido pelo Estado.

QUESTÃO 15. Conforme o art. 4º, é dever do Estado garantir a oferta do Ensino Fundamental:

- A) Público, obrigatório e com processo seletivo.
- B) Público, gratuito, porém condicionado à avaliação diagnóstica.
- C) Gratuito apenas para alunos em situação de vulnerabilidade social.
- D) Público, gratuito, de qualidade e sem requisito de seleção.

QUESTÃO 16. Segundo o art. 5º, § 2º, inciso III, o princípio da equidade na educação refere-se:

- A) À oferta de ensino igual para todos, independentemente das desigualdades iniciais.
- B) À priorização exclusiva de políticas universais.
- C) Ao tratamento diferenciado das desigualdades para garantir aprendizagens equiparáveis.
- D) À seleção de alunos com melhor desempenho escolar.

QUESTÃO 17. De acordo com o art. 5º, § 3º, a promoção da equidade no Ensino Fundamental exige:

- A) A oferta de mais recursos às escolas e alunos que mais necessitam, aliada a políticas reparadoras.
- B) A redução de investimentos nas escolas mais estruturadas.
- C) Adoção exclusiva de políticas universais, aplicáveis indistintamente, como a destinação prioritária de maiores investimentos a escolas situadas em bairros e comunidades de maior nível de renda.
- D) A seleção prévia dos estudantes em situação de vulnerabilidade.

QUESTÃO 18. Conforme o art. 6º, inciso I, os princípios éticos que devem nortear as políticas educativas incluem:

- A) Competitividade, mérito individual, neutralidade cultural, domínio de tecnologias e favorecimento político.
- B) Neutralidade política e uniformização cultural.
- C) Eficiência administrativa e desempenho acadêmico.
- D) Justiça, solidariedade, liberdade, autonomia e combate a todas as formas de discriminação.

QUESTÃO 19. Segundo o art. 9º, § 2º, as experiências escolares que compõem o currículo do Ensino Fundamental:

- A) Restringem-se aos conteúdos formais das disciplinas, devendo ser abordadas exclusivamente por meio de aulas teóricas e expositivas, sem a realização de atividades práticas ou de campo.
- B) Limitam-se aos conhecimentos explicitamente previstos no currículo.
- C) Incluem aspectos explícitos e implícitos do ambiente escolar, como valores, rotinas e convivência.
- D) Correspondem apenas às orientações curriculares oficiais.

QUESTÃO 20. De acordo com o art. 2º da Lei nº 9.394/1996, a educação tem por finalidade:

- A) Promover o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- B) Assegurar exclusivamente a preparação para o mercado de trabalho.
- C) Priorizar a qualificação profissional em detrimento da formação cidadã.
- D) Garantir exclusivamente a transmissão de conteúdos acadêmicos, desconsiderando as características da comunidade e do contexto sociocultural do estudante para o desenvolvimento das atividades escolares.

QUESTÃO 21. Segundo o art. 3º, inciso I, o ensino será ministrado com base no princípio da:

- A) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- B) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- C) Liberdade de aprender, ensinar e divulgar o saber.
- D) Valorização do profissional da educação escolar.

QUESTÃO 22. Nos termos do art. 7º-A, incisos I e II, ao aluno que se ausentar de prova ou aula por motivo religioso poderá ser atribuída, sem custos:

- A) Exclusivamente a dispensa automática da atividade, condicionada a requerimento formal subscrito pelo líder religioso da respectiva congregação ou grupo religioso.
- B) Apenas prova de reposição, em qualquer data definida pela escola.
- C) Prova ou aula de reposição em data alternativa ou trabalho escrito/atividade de pesquisa.
- D) Nova matrícula em componente curricular diverso.

QUESTÃO 23. Conforme o art. 24, inciso I, a carga horária mínima anual da educação básica é de:

- A) 800 horas para o ensino fundamental e 1.000 horas para o ensino médio, distribuídas por no mínimo 200 dias letivos.
- B) 1.000 horas para o ensino fundamental e 1.200 horas para o ensino médio, distribuídas por no mínimo 250 dias letivos.
- C) 800 horas para o ensino fundamental e 800 horas para o ensino médio, distribuídas por no mínimo 160 dias letivos.
- D) 1.000 horas para ambos os níveis, distribuídas por 180 dias letivos.

QUESTÃO 24. De acordo com o art. 6º, inciso III, da Lei nº 14.113/2020, o valor anual por aluno (VAAR) decorrente da complementação-VAAR corresponde:

- A) À razão entre os recursos recebidos relativos às receitas definidas no art. 5º, inciso III, da Lei nº 14.113/2020, e o número de alunos matriculados nas respectivas redes de ensino.
- B) À divisão do montante total das receitas do Fundeb pelo número de entes federados beneficiários, com desconto das penalidades pelo não cumprimento da meta de alfabetização e dos encargos tributários e bancários.
- C) Ao valor fixo definido anualmente pelo Ministério da Educação por estudante da educação básica, acrescido de atualização monetária pelo IPCA e de incrementos provenientes de emendas parlamentares.
- D) Ao montante global da complementação da União, independentemente do número de matrículas.

QUESTÃO 25. De acordo com o art. 6º, inciso II, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.113/2020, o valor anual total por aluno (VAAT), após a complementação-VAAT, é calculado com base:

- A) Apenas nas receitas definidas no art. 3º da Lei Federal nº 14.113/2020.
- B) Nas receitas do art. 3º e do inciso I do art. 5º, sem considerar outras disponibilidades.
- C) Nas receitas do art. 3º e dos incisos I e II do art. 5º, acrescidas das disponibilidades do § 3º do art. 13, divididas pelo número de alunos matriculados.
- D) Exclusivamente nos recursos da complementação-VAAR, com eventuais reajustes inflacionários e acréscimos destinados a comunidades de baixa renda.

QUESTÃO 26. Segundo o art. 7º da Lei nº 14.113/2020, a distribuição dos recursos dos Fundos e da complementação da União ocorrerá:

- A) De forma igualitária entre os entes federativos, independentemente do número de alunos.
- B) Com base exclusivamente no número de escolas existentes em cada rede.
- C) Em função do número de alunos matriculados, observadas diferenças e ponderações relativas ao VAAF, VAAT ou VAAR.
- D) Apenas com base no valor anual por aluno mínimo nacional, observado o teto fixado pelo Congresso Nacional, em deliberação específica a ser realizada até o quinto dia útil de janeiro de cada exercício.

TEXTO PARA AS QUESTÕES 27 A 30

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) constitui documento obrigatório e essencial que define a identidade institucional da escola, explicitando seus princípios, objetivos, metas e diretrizes. Trata-se de um instrumento norteador de todo o processo educativo, voltado à formação de cidadãos críticos e participativos, ao mesmo tempo em que reflete a realidade, as demandas e os anseios da comunidade escolar. Previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), o PPP orienta gestores, professores, funcionários, estudantes e famílias, assumindo a função de guia estratégico para a organização e o desenvolvimento das ações pedagógicas.

A denominação “político-pedagógico” revela a natureza e a finalidade do documento. O termo político expressa o compromisso da escola com sua função social e cultural, bem como com a formação cidadã em uma sociedade concreta e historicamente situada. Já o caráter pedagógico refere-se às intencionalidades educativas e às práticas de ensino-aprendizagem, organizadas de modo a viabilizar o alcance dos objetivos educacionais estabelecidos. Por sua vez, o conceito de projeto indica um conjunto de ações sistematicamente planejadas, a serem desenvolvidas em determinado período, com vistas à transformação da realidade escolar.

O PPP abrange o diagnóstico da realidade da escola e de seu contexto comunitário, a definição da missão, dos valores e da cultura institucional, bem como as diretrizes pedagógicas e a organização curricular. Inclui, ainda, um plano de ação detalhado, no qual se especificam metas, responsáveis, metodologias e critérios de avaliação, além da forma de relação com as famílias e do uso dos recursos disponíveis.

A importância do Projeto Político-Pedagógico reside no fato de que ele confere identidade à escola e orienta suas decisões estratégicas. Ao ser elaborado de forma coletiva, fortalece a gestão democrática e assegura a participação efetiva da comunidade escolar na definição dos rumos da instituição. Ademais, direciona as práticas educativas para a promoção da qualidade e da equidade do ensino, garantindo flexibilidade e capacidade de adaptação às especificidades e necessidades do contexto local.

QUESTÃO 27. De acordo com o texto, o Projeto Político-Pedagógico (PPP) tem como principal finalidade:

- A) Regulamentar apenas os aspectos administrativos da escola.
- B) Estabelecer normas disciplinares para alunos e professores.
- C) Padronizar o currículo escolar em âmbito nacional.
- D) Definir a identidade da escola e orientar o processo educativo.

QUESTÃO 28. Segundo o texto, o caráter político do PPP está relacionado:

- A) À organização das metodologias de ensino-aprendizagem.
- B) Ao compromisso da escola com sua função social e a formação cidadã.
- C) À definição exclusiva do plano de ação e do sistema de avaliação.
- D) À administração dos recursos financeiros da instituição.

QUESTÃO 29. Conforme o texto, o PPP inclui, entre outros elementos:

- A) Apenas a organização curricular e as normas de convivência.
- B) Diagnóstico da realidade escolar, diretrizes pedagógicas e plano de ação.
- C) Exclusivamente metas de desempenho acadêmico dos alunos.
- D) Somente a missão institucional e a relação com as famílias.

QUESTÃO 30. A importância do Projeto Político-Pedagógico, segundo o texto, decorre principalmente do fato de que ele:

- A) Fortalece a gestão democrática e orienta a qualidade do ensino.
- B) Garante a padronização das práticas educativas em todas as escolas.
- C) Centraliza as decisões escolares na equipe gestora.
- D) Elimina a necessidade de adaptações ao contexto local.

QUESTÃO 31. No contexto da alfabetização na idade certa, uma estratégia adequada de recomposição das aprendizagens consiste em:

- A) Reprovar automaticamente estudantes com dificuldades persistentes, para que refaçam as disciplinas com a finalidade de alcançar desempenho superior ao dos demais alunos.
- B) Aplicar avaliações apenas ao final do ano letivo.
- C) Desenvolver intervenções pedagógicas baseadas no monitoramento contínuo das aprendizagens.
- D) Priorizar exclusivamente o cumprimento do conteúdo programático.

QUESTÃO 32. Segundo a BNCC, a Competência Geral de Cultura Digital visa:

- A) Ensinar programação apenas no Ensino Médio.
- B) Substituir conteúdos tradicionais por recursos digitais.
- C) Restringir o uso de tecnologias ao componente de Computação.
- D) Desenvolver o uso crítico, ético e responsável das tecnologias digitais.

QUESTÃO 33. O Currículo de Pernambuco organiza as aprendizagens escolares:

- A) Apenas por áreas do conhecimento, sem considerar etapas.
- B) Por etapas e anos, respeitando o desenvolvimento dos estudantes.
- C) Exclusivamente por competências gerais.
- D) De forma padronizada, sem adequações pedagógicas.

QUESTÃO 34. A autodeclaração étnico-racial é um instrumento importante porque:

- A) Permite a classificação compulsória dos indivíduos.
- B) É utilizada apenas para fins estatísticos sem valor legal.
- C) Substitui os critérios socioeconômicos.
- D) Subsidiaria políticas públicas de promoção da igualdade racial.

QUESTÃO 35. As diretrizes operacionais da Educação de Jovens e Adultos (EJA) determinam que essa modalidade:

- A) Repita o currículo regular sem adaptações.
- B) Seja voltada exclusivamente à alfabetização inicial.
- C) Considere as trajetórias e experiências dos estudantes.
- D) Atenda apenas pessoas acima de 30 anos.

QUESTÃO 36. Conforme a legislação educacional, a Educação Básica é composta pelas etapas de:

- A) Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.
- B) Educação Infantil, EJA e Educação Profissional.
- C) Ensino Fundamental e Ensino Médio apenas.
- D) Educação Infantil e Ensino Fundamental.

QUESTÃO 37. As políticas educacionais de inclusão, equidade e diversidade têm como objetivo principal:

- A) Padronizar o ensino para todos os estudantes.
- B) Garantir igualdade de oportunidades no acesso e permanência na escola.
- C) Priorizar apenas grupos historicamente privilegiados.
- D) Eliminar adaptações curriculares.

QUESTÃO 38. A Lei nº 10.639/2003 torna obrigatório o ensino de:

- A) História indígena apenas no Ensino Médio.
- B) Conteúdos étnico-raciais apenas em datas comemorativas.
- C) História europeia nos currículos escolares.
- D) Cultura afro-brasileira e africana na Educação Básica.

QUESTÃO 39. Os órgãos colegiados escolares, como o conselho escolar, têm a função de:

- A) Centralizar decisões na gestão escolar.
- B) Excluir a participação da comunidade.
- C) Promover a gestão democrática da escola.
- D) Substituir a direção da unidade escolar.

QUESTÃO 40. Os sistemas de avaliação SAEB e SAEPE têm como finalidade principal:

- A) Avaliar individualmente cada estudante.
- B) Classificar escolas para fins punitivos.
- C) Produzir indicadores sobre a qualidade da educação.
- D) Substituir as avaliações internas das escolas.

RASCUNHO